



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 7/2012 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE. Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Auditório da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal pelas dezassete horas com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº5/2012 e Nº 6/2012**
- 2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**
- 4. AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O MUNICÍPIO DE GÓIS INTEGRAR A CERVUS – ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS DA SERRA LOUSÃ**
- 5. 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO/ANO FINANCEIRO 2012**
- 6. 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO DE 2012**
- 7. REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SISTEMAS PÚBLICOS E PEDIAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE GÓIS**
- 8. REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO CONCELHO DE GÓIS**
- 9. ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS**
- 10. REGULAMENTO GERAL DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA**
- 11. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA**
- 12. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/ANO 2013**
- 13. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

14. MAPA DE PESSOAL/ANO 2013

15. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA PÚBLICO

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Dr. José António Pereira de Carvalho (PS)

1º Secretário: Jaime Miguel Fernandes Garcia (PS)

2º Secretário: Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata (PS)

Vogais:

Partido Socialista (PS) – Antonino dos Prazeres Antunes, José Rodrigues, Manuel Martins dos Santos, Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, Drª. Sílvia Maria Gonçalves Fernandes Santos.

Partido Social Democrata (PSD) - Engº José Henriques Antunes (PSD); Justino Geraldes, Drª. Maria do Céu Simões Alves (PSD), Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Victor Manuel Nogueira Dias.

Coligação Democrática Unitária (CDU): Ana Cristina Garcia Cunha e Santos (CDU)

Presidentes das Juntas de Freguesia de:

Alvares - Enfº Victor de Jesus Marques (PS)

Cadafaz - Casimiro Alves Vicente (PSD)

Colmeal - Carlos da Conceição de Jesus (PS)

Góis - Alberto Jorge Alves dos Reis (PS)

Vila Nova do Ceira - António José Madeira Gouveia (PSD)

Faltas: Não houve.

Da Câmara Municipal: registou-se a presença da senhora Presidente, Drª. Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira e dos Vereadores: Dr. José Alberto Domingos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia e D. Maria Helena Antunes Barata Moniz.

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº5/2012 e Nº 6/2012 - O senhor Presidente Assembleia Municipal deu a palavra aos membros dos Grupos Municipais para se pronunciarem relativamente à Ata nº5/2012 e nº6/2012.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho que referindo que relativamente às atas que vamos hoje aprovar cumpre-lhe elogiar as grandes melhorias no que à sua elaboração diz respeito, volvidos 3 anos deste mandato é com muita satisfação que olhamos para as atas desta assembleia, bem elaboradas e que espelham na íntegra tudo o que nela se passou, daí que damos os parabéns à funcionária municipal que habitualmente secretaria as sessões pelo seu elevado profissionalismo e isenção.

Relativamente a este assunto e provando o que acabou de mencionar temos a possibilidade de, após analisar as duas actas verificamos que o que aconteceu no ponto 12 da acta 5/12 e no ponto 5 da acta 6/12 especialmente devido ao facto de na página 12 desta última estar plasmado que a declaração de voto anexa à anterior ter acompanhado o processo para a UTRAT o que infelizmente não corresponde à verdade, algo que foi por mim confirmado em sede própria.

Posta à votação a Ata nº5, foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor; uma abstenção, da senhora deputada Ana Cristina Garcia Cunha e Santos, por não ter estado presente na reunião da Assembleia Municipal de 28.09.12 e um voto contra do senhor deputado Carlos da Conceição de Jesus, que justificou a sua posição com a seguinte declaração de voto: "O meu sentido de voto não é contra a Ata, mas única e exclusivamente contra a algumas inverdades nela constante e por entender que foram omitidas algumas opiniões, nomeadamente relativas ao assunto da reforma administrativa autárquica".

Posta à votação a Ata nº6, foi aprovada por com dezoito votos a favor; uma abstenção, da senhora deputada Sílvia Maria Gonçalves Fernandes Nogueira Santos, por não ter estado presente na reunião da Assembleia Municipal de 20.11.12 e um voto contra do senhor deputado Carlos da Conceição de Jesus,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que justificou a sua posição com a seguinte declaração de voto: "O meu sentido de voto não é contra a Ata, mas sim à omissão de opiniões relativas à questão da reforma administrativa autárquica, bem como por entender que em algumas intervenções constam algumas inverdades."

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes da correspondência remetida a este órgão desde a reunião de 28.09.2012 até à presente data, tendo dado ênfase a uma comunicação remetida pela CIMPIN relativa às faltas da senhora deputada Ana Cristina Garcia Cunha e Santos às reuniões desta Comunidade sempre que foi convocada, tendo dado a palavra à mesma para se pronunciar sobre o assunto em questão.

A senhora deputada Ana Cristina Garcia Cunha e Santos informou que o motivo da ausência às reuniões da CIMPIN, prendem-se por questões pessoais, facto que a leva a demitir-se desta comunidade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a atribuição dos seguintes votos de Pesar:

Voto de Pesar à Família de Maria da Graça Fernandes, mãe do senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, manifestando à família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda. Posto à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com dezanove votos a favor e uma abstenção do senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia.

Voto de Pesar à Família de Maria do Céu Matos da Silva, sogra do senhor deputado do senhor deputado José Henriques Antunes, manifestando à família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda. Posto à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com dezanove votos a favor e uma abstenção do senhor deputado José Henriques Antunes.

Voto de Pesar à Família de Augusto Antunes, pai do senhor deputado José Henriques Antunes, manifestando à família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda. Posto à votação a Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

deliberou por maioria com dezanove votos a favor e uma abstenção do senhor deputado José Henriques Antunes.

3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - Relativamente a este ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva congratulando-se com o programa de apoio ao empreendedorismo numa parceria entre o Município de Góis, a ADIBER e o Instituto Pedro Nunes que irá dotar as empresas de Góis com mais recursos ao nível técnico e profissional. De igual modo, congratulou-se com a concessão de subsídios da Câmara Municipal de Góis às instituições do concelho na cerimónia do dia 30/10/2012 no salão nobre dos Paços do Concelho.

Continuou, referindo que em anterior reunião da Assembleia Municipal colocou uma questão à senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre o processo das Comunidades Intermunicipais e se tem alguma informação relativa ao mesmo.

Sobre o processo do encerramento nocturno do SAP de Góis, referiu ter feito uma alusão à manifestação efectuada no dia 1 de Dezembro, sobre a moção enviada para a comunicação social da Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal composta pelos três grupos municipais. Mais referiu, que condenou a postura do Dr. Avelino Pedroso, director do Agrupamento de Centro de Saúde que se comprometeu em dar uma resposta aos nossos pedidos no dia 3 de Dezembro e até hoje não o fez. Referiu ainda, ter questionado a senhora Presidente se tinha alguma informação adicional sobre este assunto, tendo deixado um repto para que não se desistisse da luta contra o encerramento nocturno.

Usou da palavra o senhor Pedro Miguel da Conceição Agostinho que iniciou a sua intervenção desejando a todos membros desta Assembleia, Executivo, Goisenses, imprensa e responsáveis pelas diversas instituições Boas Festas e um Ano de 2013 feliz.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Proseguiu, referindo que 2012 foi um ano muito difícil para todos nós em que nos deparámos com tudo um pouco, começando por uma reforma administrativa injusta e que resultou no que todos temíamos, Góis terá de reduzir por decreto uma das suas 5 freguesias, referindo ainda, que muito se falou e muito se escreveu sobre este assunto mas estivemos sempre ao lado dos Goienses sem partidarismos ou politiquices de bota a baixo que o PS tentou fazer sem sucesso, realçando que os membros desta bancada têm orgulho em terem sido eleitos pelos Goienses e eles estarão sempre em primeiro. Mais referiu, que esta reforma administrativa é altamente penalizadora para as freguesias de montanha que sofrem todo o ano na pele o abandono a que estão infelizmente habituados, por culpa de sucessivos governos, que se esquecem deles e por executivos municipais que são débeis no que consiste a políticas sociais de fundo, políticas de estímulo, a que as pessoas se fixem na sua terra, ou, que regressem os que foram para fora. Em Góis foram implementadas medidas de apoio, considerando que são medidas tímidas e só foram levadas a cabo porque estavam na moda, teimando-se em não ouvir as reais necessidades dos municípios que precisam de ter a sua estrada devidamente pavimentada, a rede de águas sem falhas e uma rede de saneamento que responda eficazmente às suas necessidades, mas, isto neste momento, ainda é uma utopia para muitos Goienses, talvez mais uns meses e se resolvam algumas coisas, pois vem aí o fandango das eleições, como se os Goienses vivessem apenas de 4 em 4 anos.

Continuou, referindo que no capítulo da saúde, a tristeza é imensa pois como se recordam no dia 1 de dezembro, encerrou o Serviço de Atendimento Permanente nocturno do Centro Saúde de Góis, mais um rude golpe para Góis e para os Goienses, era um desfecho que se previa mais dia menos dia, pois o governo de José Sócrates já tinha iniciado esta maléfica medida, mas Góis lá ia conseguindo passar através dos pingos da chuva sem se molhar, este assunto preocupava o PSD e a si em especial, pelo que logo que possível em 2010, “meteu pés ao caminho” e junto da ARS e seu executivo de então, foi saber qual o ponto de situação sobre este assunto, tendo-lhe sido comunicado que já tinham acordado com Góis com vista ao encerramento. Face aos factos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

questionou que acordo seria esse, tendo-lhe sido comunicado que foi um acordo firmado entre o executivo socialista da câmara e a ARS, traduzindo-se o mesmo na assinatura de um protocolo com vista à criação de um centro de reabilitação. Acrescentou, que ao não conseguiu reunir toda a informação que desejava, solicitou agendamento de reunião com o senhor Secretário de Estado da Saúde, recentemente eleito, tendo esta lhe sido concedida. Contudo, referiu que na bagagem para Lisboa, levava nessa altura mais uma preocupação que era a deslocalização do helicóptero do INEM de Santa Comba Dão para Aguiar da Beira, o que no seu entendimento poria Góis e a Beira Serra mais longe do socorro rápido. Informou, que na reunião foram dadas boas indicações, pois o encerramento seria nesta fase uma questão secundária e conseguimos sensibilizar o SEAS das nossas reais dificuldades, pois os Bombeiros nem protocolo tinham com o INEM. Informou ainda, que posteriormente foi-lhe comunicado pelo Ministério que a questão do encerramento poderia ser uma realidade, e que, por isso iria ser tratado pela ARS em exclusivo, assim como se iria estabelecer protocolo com o INEM com vista à implementação de um posto de emergência médica nos bombeiros.

Tendo sido este assunto discutido na assembleia municipal, onde foi criada uma comissão para acompanhamento do mesmo, referiu que o PSD nunca baixou os braços, tendo solicitado uma audiência com a comissão de saúde da Assembleia da República, reunião essa que foi concedida, onde foi mencionado pela sua presidente, deputada do PS, de que não nos devíamos preocupar com esta matéria pois não haviam motivos, isto reportando-se ao dia 15 do mês de maio do ano em curso.

Referiu que apesar das informações que conseguiu reunir, a sua preocupação continuava a aumentar e finalmente veio a notícia indesejada: o SAP encerraria no período nocturno das 20H00 às 08H00 ao fim de semana, e, das 00H00 às 08H00 durante a semana, sendo a boa notícia de que o Helicóptero voltaria para Santa Comba Dão, muito por mérito de alguns, tal como nós, que fizemos ver que seria uma grande mais valia para a nossa região.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Mais referiu, a sua perplexidade quando foi informado da data e horário do encerramento do SAP, em virtude de não ter sido o que negociou com a ARS, mas sim outro alguém que se atravessou nas negociações que até hoje não consegui apurar quem de Góis o fez. Lembrou, que nesse mesmo dia falou sobre este assunto com o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Vice Presidente da Câmara que estranhamente lhe informaram que sem comunicação oficial não poderiam intervir neste processo, com efeito referiu que já era detentor dessa informação, tendo salientado que nesse dia não conseguiu chegar à fala com a senhora Presidente da Câmara, por se encontrar numa reunião fora do concelho no âmbito da caça pelo que apurou.

A realidade é que estávamos então a três dias de recebermos mais um golpe duro na vida deste concelho. Questionou o que é que aconteceu desde que a senhora ministra Dr^a. Ana Jorge no ano de 2009 prometeu em plena campanha. Referiu, que o PSD está disponível para ajudar como sempre esteve. Nessa noite gelada de 1 de Dezembro lá estávamos a presenciar mais um passo de gigante para o abismo.

O senhor deputado fez menção, ao 'fado' da Quinta do Baião que continuou ao longo deste ano, para além das peripécias com aterros em REN/RAN, lamenta que aquele espaço onde se localiza a casa da quinta esteja ao abandono pois parece que não tem dono.

Continuou, referindo que 2012 foi ano em que a democracia nesta Assembleia Municipal esteve em risco quando o senhor Presidente deste órgão impediu um deputado democraticamente eleito a participar nos trabalhos, tendo o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira ficado no público por ter chegado um pouco tarde, e, onde o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Cadafaz e um Vereador eleito pelo PSD foram impedidos de intervir em defesa da honra, enfim esperemos que 2013 não nos deixe renovar esta esperança pois se assim for hipotecamos o futuro.

Usou da palavra a senhora deputada Ana Cristina Garcia Cunha e Santos, que após cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa; a senhora Presidente da Câmara Municipal e senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Vereadores, as senhoras e os senhores eleitos da Assembleia Municipal e Público presente, iniciou a sua intervenção referindo que sendo esta a última sessão da Assembleia Municipal de Góis do ano 2012 e a CDU não poderia deixar de transmitir algumas reflexões sobre o ano que está prestes a terminar e o futuro ano que se avizinha.

Prosseguiu, mencionando que esperava que todos tivessem passado um Feliz Natal. Referiu, que tendo feito menção ao natal que passou há 2 dias atrás e que deveria ser de festa, recorda que infelizmente para a grande maioria dos portugueses incluindo também com certeza parte dos goienses, foi transformado pelo Governo numa época cinzenta, amarga e sem esperança. Só através de fé em algo sobrenatural e acreditando na mensagem que o Natal por si só transmite assente nos valores da paz, da solidariedade, da justiça e igualdade entre os homens, o respeito pelo próximo e a esperança na boa vontade por um mundo melhor, os portugueses viveram este natal com alguma serenidade e recuperando forças para enfrentar o que aí vem.

Mais referiu, que o aconteceu durante este ano, que ainda não terminou, é sabido e sentido por todos, ou melhor, pela esmagadora maioria dos portugueses, pelos trabalhadores, pelos mais desfavorecidos, pelos desempregados, pelos idosos, pelos pensionistas e reformados, pelas famílias carenciadas, pelos jovens que se vêm obrigados a abandonar a sua terra e o seu país para tentarem arranjar um trabalho, pelos jovens recém licenciados que esperam e desesperam por um emprego onde possam pôr em prática o que com esforço próprio e das suas famílias aprenderam enquanto estudaram e que passam os dias num desespero, ou, trabalhando aqui e ali num autentico regime de precariedade e exploração, e Góis não é exceção.

Quanto aos pequenos empresários que não encontram resposta para enfrentarem o arrombo que têm vindo a sofrer nos seus negócios, na sua forma de sobrevivência, onde todas as portas de ajuda se fecham e o desalento se instalou e a luz ao fundo do túnel cada vez está mais inalcançável, e em Góis o que não faltam são exemplos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Referiu ainda, os cortes no Serviço Nacional de Saúde e, por falar em serviço de saúde não pode deixar de referir o ato de indignação e o grito de revolta que alguns goienses praticaram numa pequena concentração de pessoas, que lamenta não termos sido mais; junto ao Centro de Saúde de Góis, como prova de protesto relativamente à forma em como a população teve conhecimento do encerramento do SAP; das novas regras de funcionamento e horários daquele Serviço de Saúde. Conseguimos que o representante do ministério da saúde a nível regional/área em que se encontra Góis, o senhor Dr. Avelino Pedroso se tivesse deslocado naquela altura às instalações do centro de saúde e transmitisse aquilo para que tinha sido instruído para dizer e nada mais, pois ele é não mais que aquele que tem de dar a cara e enfrentar a população zangada, quando os que têm poder de decisão e de influência se escondem cobardemente dentro dos gabinetes e se estão borrifando para os interesses de uma população envelhecida, dispersa e parca em recursos que vê uma das poucas benesses de apoio social desmantelada sem dó nem piedade, para eles só contam os euros, as pessoas são números. Como é do conhecimento público houve uma reunião onde foram apontadas propostas por um grupo de trabalho abrangente por todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal e a Câmara Municipal na pessoa da sua Presidente, a saber: manter o funcionamento do centro nos moldes em que se encontrava a funcionar até 31-12-2012; alargamento do horário durante os dias da semana na melhor das hipóteses até às 24 horas ou então até às 22 horas; nos dias de feriado, sábados e domingos o início de horário a partir das 8 horas da manhã e o seu encerramento às 20 horas. Mencionou que o Dr. Avelino Pedroso assumiu sob compromisso de honra que faria chegar a quem de direito estas propostas logo no dia a seguir e que daria conta dos resultados tendo como elo de ligação entre os serviços de saúde o grupo de trabalho referido e a população a senhora Presidente da Câmara. É um facto, que estamos a chegar ao final do mês de Dezembro, tudo se mantém na mesma e na sua opinião deveria já ter sido comunicado junta da população o que aconteceu, ou melhor, o que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

aconteceu, para a indiferença e desprezo do poder central pela população de Góis.

Continuou, referindo, que ficámos sem duas freguesias, questionando de como é que vai ser daqui para a frente, uma vez que ainda nada está claro, apesar da tomada de posição do Município e Assembleia Municipal de Góis contra o desmembramento do concelho, da participação de eleitos e goienses na grande manifestação de representantes de todo o país contra a forma como se está a fazer a pseudo reforma administrativa do território, o governo impõe sem dó nem piedade as imposições da troika. Primeiro as freguesias, depois virão os concelhos, os serviços públicos irão ser roubados das zonas mais do interior do país de norte a sul, desde tribunais (aí já começou), passando pelas conservatórias, serviços de finanças, enfim esvaziando quase por completo o espírito do poder local nascido com o 25 de abril de 1974 e que tanto tem ajudado e aproximado as populações dos serviços públicos, fomentando a proximidade do povo junto das entidades de decisão a nível local, promovendo a cultura, o desporto, o apoio social, o apoio escolar, entre outros.

A senhora deputada referiu que sob a bandeira do memorando da troika assinado ainda no governo de Sócrates pelo PS, PSD e CDS e pela necessidade imperiosa do cumprimento cego daquilo que a troika manda fazer, dizendo que só assim Portugal sairá do pântano onde eles nos puseram ao longo de trinta e tal anos 2013 vai ser ainda mais de tudo o que já anteriormente referiu.

Referiu que 2013 vai ser também um ano de eleições autárquicas, a disputa pelo poder aqui em Góis e pelo que me tem sido dado observar desde que aqui vive, há cerca de 16 anos; é feita por alguns de forma muito pouco correta, alicerçada na mentira, na injúria, no desrespeito pelos valores da seriedade, transparência, sentido de servir quem os elegeram, abuso de poder. Infelizmente tristes episódios de má forma de estar na política foram já presenciados nesta sala e que em nada dignificam quem está aqui, porque foi eleito pelo povo de Góis o qual depositou confiança para que zelassem pelo seu concelho.

Como representante da CDU aproveitou a oportunidade para desejar a todos os presentes e aos goienses em geral um ano de 2013 o melhor possível, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

também um ano de reflexão para futuras escolhas de quem irá conduzir os destinos de todos nós.

Interveio o senhor Jaime Miguel Fernandes Garcia que agradeceu à Assembleia Municipal pelo voto de pesar às pessoas falecidas, nomeadamente no seu caso concreto a sua mãe. Apresentou os seus cumprimentos à Assembleia Municipal, Câmara Municipal, imprensa e público apresentando votos de um Bom Ano de 2013, que infelizmente irá ser marcado pelo denominador comum das reformas e de mais austeridade, situação transversal a Góis, assim como aos outros concelhos no interior que não irão ser exceção à regra. Continuou, referindo que já nesta reunião foram mencionadas algumas reformas regulamentadas por este governo e a forma como estas foram postas em prática, gerando um sentimento de frustração generalizado para a população do concelho de Góis. No que concerne à reforma administrativa do território, criticou o processo como foi imposta, apesar da forte contestação dos órgãos autárquicos e da sociedade civil, tendo resultado como consequência ficarmos apenas com quatro freguesias e principalmente pela perda de identidade de algumas povoações, para além de outros prejuízos que daí possam advertir para as populações das atuais freguesias do Cadafaz e do Colmeal. Mais referiu que presentemente estamos a viver uma situação idêntica, desta vez na área da saúde com o anunciado encerramento noturno do SAP, sendo uma realidade que também não nos surpreende, tendo gerado contestação pela forma camuflada como todo o processo decorreu talvez para que não houvesse lugar a qualquer tipo de manifestação popular, sendo sua opinião que o mesmo deveria ter sido conduzido de uma forma conscienciosa e no pleno respeito pela população, o que não aconteceu.

Relembrou a preocupação do Município de Góis e das Instituições Locais que têm de estar e se tem mantido na linha da frente nos cuidados e na assistência às populações, recordando o acordo recentemente firmado entre a ADIBER e o Município de Góis, no âmbito da tele-assistência que será uma mais valia para as pessoas idosas que se encontram em situação de maior isolamento, sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

capacidade de mobilidade, o que no nosso concelho infelizmente é frequente, e que este projeto visa colmatar, pelo que se congratula por mais esta iniciativa. O senhor deputado referiu que a maioria socialista do executivo da Câmara Municipal revela estar bem atenta aos problemas sociais com que se depara este concelho, como é visível e está definido no orçamento para o ano de 2013, demonstrando a preocupação que o Município de Góis tem com as dificuldades da população e o apoio social que esse mesmo orçamento prevê e garante.

Neste encerramento do SAP há uma diferença pouco razoável que se consubstancia na diferença nos horários praticados em Góis e outros Centros de Saúde de concelhos vizinhos, que também sofreram o encerramento noturno, não se percebendo porque em Góis as portas encerraram ao público pelas 18.00 horas, quando em outros concelhos bem mais perto de Coimbra com os seus hospitais centrais se praticam horários de encerramento mais tardios. É seu entendimento de que o procedimento tomado quanto ao encerramento do SAP não faz qualquer sentido, não havendo argumento plausível e legitimidade para o efeito.

Ainda sobre este assunto, referiu que embora o senhor deputado Pedro Agostinho, não tivesse feito hoje menção ao assunto, em outra ocasião alegou que ele próprio teria negociado o encerramento do SAP e que tinha garantido a vinda de uma ambulância para Góis. Lembrou que quem teve essas negociações foi apenas o INEM e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis e não outro alguém, pois esse protocolo foi firmado por iniciativa dos Bombeiros Voluntários de Góis que oportunamente encetou contactos com o INEM, não sendo estes recentes, não fazendo qualquer sentido e não valendo a pena ao senhor deputado querer assumir aquilo o que não se passou.

Ainda sobre esta questão, lamenta profundamente, que a senhora a Dr^a. Graça Aleixo, que nas últimas eleições legislativas encabeçou as listas do PSD para Assembleia Municipal do PSD, tenha mencionado nas redes sociais "que os goienses têm o que merecem quanto ao encerramento do SAP e que iria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

defender que a freguesia de Alvares passasse para o concelho de Pampilhosa da Serra ou para o concelho de Pedrógão”.

O senhor deputado, referiu outra reforma que se prevê impor a curto prazo e que será também ao nível das Câmaras Municipais, isto é, equaciona-se a hipótese de lhes retirar parte do seu poder nomeadamente às que têm vindo a cumprir em termos de gestão, “pagando o justo pelo pecador”, considerando haver outras formas para a redução de custos, sem esquecer dos lugares que pretendem criar nas comunidades intermunicipais para todos aqueles que por lei não se poderão voltar a recandidatar-se, isto é, reduz-se de um lado verbas para depois se gastar em lugares supérfluos.

Fez também menção à sua preocupação no que concerne às comunidades intermunicipais e para o municípios que integram as CIM, uma vez que estão a fazer as suas aquisições através das centrais de compras, o que deve ser o procedimento mais correto, contudo, alertou que o comércio local não deve cair no esquecimento, pelo que deverá ser feita uma campanha no sentido de incentivar os comerciantes locais para a inscreverem-se nessas plataformas de compras.

No que concerne à questão das acessibilidades, temática que para si deverá continuar a estar presente, fez menção ao IC3, mormente ao lance da auto-estrada que está em funcionamento até Penela, que não beneficia em nada a ligação à EN17, pelo que considera importante relançar a discussão sobre a EN342, porque se não se lutar por ela, não será com certeza uma das medidas em termos de acessibilidades para a nossa região do atual governo.

Usou da palavra o senhor Antonino Dias Antunes que agradeceu ao Executivo, na pessoa da senhora Presidente a estrada de Alvares, prevalecendo-se da oportunidade para reiterar a necessidade de uma via em Cortes.

4. AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O MUNICÍPIO DE GÓIS INTEGRAR A CERVUS – ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS DA SERRA LOUSÃ – Foi presente a deliberação do Executivo da sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

reunião ordinária de 11.12.2012, relativa à criação de uma Associação para a gestão dos recursos endógenos da Serra da Lousã, denominada de Cervus.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva iniciou a sua intervenção congratulando-se com a adesão do município a este projecto supra-municipal e com a decisão do município ter esta visão da Serra da Lousã onde Góis tem dos territórios mais expressivos, tendo questionado se o âmbito desta organização é conservacionista ou de mera gestão da caça. Alertou, que no âmbito do Colóquio sobre os Penedos de Góis, e, de acordo com a proposta do Prof. Dr. Paulo Carvalho, Góis deveria propor aos restantes municípios que houve integração de projectos na área do ambiente e do património e cultura tradicional sobre a Serra da Lousã, criando inclusive uma imagem de marca para este sub-território.

Interveio o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho questionando se a adesão do Município de Góis à CERVUS tem alguns custos associados, e se os houver qual o valor estipulado e se poderão existir algumas consequências nesta adesão sobre a nossa reserva municipal de caça.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que a sua questão prende-se pelo número de elementos que constituem a direcção ser em número par o que habitualmente não se verifica e poderá num futuro vir a trazer algumas divergências, não querendo dizer que o número de elementos que a constituem não possam vir a ser também corrigida.

Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal, após cumprimentar os presentes, informou que relativamente ao Município de Góis integrar a CERVUS, naturalmente haverá lugar a custos, não tendo ainda sido discutida esta questão. Referiu, que na reunião realizada para constituição da CERVUS, o assunto da ordem do dia foi somente relativo aos Estatutos. Relativamente se há consequências para a reserva municipal de caça, informou que foi também um dos assuntos abordados, a ideia é que estes seis municípios em conjunto com a Entidade Regional do Turismo do Centro com a Universidade de Aveiro e com o Clube Português de Monteiros neste espaço da Serra da Lousã poderemos ter algum "poder" , porque também é uma zona de reserva de caça nacional, e se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

conseguirmos através desta associação termos um papel diferente, particularmente não será somente na gestão de recursos cinegéticos, mas também tem uma forte vertente ligada à investigação, estudos e educação foram também por essas razões que se associou também a Universidade de Aveiro, não havendo qualquer consequência negativa na nossa reserva de caça municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com os votos contra dos senhores deputados Victor Manuel Nogueira Dias e Justino Geraldês, autorizar a integração do Município de Góis na referida Associação.

5. 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO/ANO FINANCEIRO 2012 - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa à 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2012.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho, referindo que aquelas que foram as promessas do Partido Socialista, mais uma vez infelizmente transitam de ano, nomeadamente o Sistema Autónomo de Abastecimento de Água de Góis e a Casa da Cultura.

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva referindo que da leitura da deliberação do Executivo e documentação anexa pode concluir que não foram realizadas despesas previstas no PPI e por isso as mesmas transitam para 2013 e, que por rigor orçamental, terá de se anular as receitas correspondentes em valor. Mais referiu, que se trata de um procedimento que sempre foi usado, mesmo nos executivos em que os senhores vereadores da oposição pertenceram e não me recordo de na altura terem votado contra ou se absterido. Questionou de qual a diferença presentemente. Referiu ainda, não subscrever a seguinte afirmação: "sendo esta forma de politicamente se convencerem as pessoas da intenção de realizar obras como o abastecimento de água em Vila Nova do Ceira, estaleiro municipal, Centro de Referência da Memória Goiana e outras". Questionou se não são obras necessárias. Referiu, se são, têm de estar em orçamento e serão certamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

realizadas. Por último referiu, que o que o que preocupa os senhores vereadores é a execução de inúmeras obras físicas por este executivo desde 2099, algumas delas que eram prometidas há décadas como a Circular Externa das Cortes e que estes vereadores enquanto no poder nunca as conseguiram realizar.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2012.

6. 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO DE 2012 - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa à 3ª Revisão ao Orçamento para o Ano Financeiro de 2012.

Interveio o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho referindo que o PSD alertou sempre para a questão do empolamento da receita, o que aqui se verifica de forma evidente dado que são contempladas verbas virtuais referentes receitas inexistentes – (terrenos e habitações), a correção dessas verbas irá resultar numa taxa execução superior ao real.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção, aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento para o Ano Financeiro de 2012.

7. REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE GÓIS - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa ao Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Góis.

Interveio o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho, referiu que sendo Góis um concelho que tem as suas debilidades sociais e havendo um parecer da Entidade reguladora de serviços de água e resíduos no sentido de apoiar não só as famílias carenciadas, mas também as mais numerosas, é opinião do PSD que o município perdeu a oportunidade de aceitar a sugestão da ERSAR e proteger estas famílias servindo como incentivo a fixação de pessoas. Relembrou que esta bancada solicitou por requerimento informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

relativa a saneamento do concelho. Conclui, referindo não saber se irão acrescentar mais a este ponto, para além que se trata de um regulamento bem feito e com 139 artigos.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, referindo que Góis deve ser actualmente o município mais cumpridor em matérias de regulamentos municipais do distrito e talvez até a nível nacional, reforçando que este esforço de regulamentação deve ser elogiado, pois trata-se de um trabalho exaustivo e de grande qualidade, contrastante com a forma de aprovar obras a dois meses de eleições sem concurso público que já vimos recentemente fazer.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com catorze votos a favor, cinco abstenções, e um voto contra do senhor deputado do PSD, Victor Manuel Nogueira Dias, aprovar o Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Góis.

8. REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO CONCELHO DE GÓIS - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa ao Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Góis.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho, referiu que relativamente a este ponto a sua posição é a mesma mencionado no ponto anterior.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com um voto contra do senhor Deputado Victor Manuel Nogueira Dias, cinco abstenções e catorze votos a favor, aprovar o Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Góis.

9. ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa à Actualização Ordinária das Taxas e Outras Receitas Municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, que mencionou que o município ao decidir não aumentar as taxas de acordo com a inflação de 3,10%, contribuído para não agravar as condições de vida dos Goisenses. Mais uma vez a redução das receitas para apoiar os munícipes é esforço apenas do município, quando deveria ser um estímulo do governo central, que em vez disso apenas apresenta cortes e restrições.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Actualização Ordinária das Taxas e Outras Receitas Municipais.

10. REGULAMENTO GERAL DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

- Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa ao Regulamento Geral das Taxas e Outras Receitas Municipais, com a alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e respectiva Fundamentação Económico-Financeira. Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho, referindo que quando o PSD alertou que o valor das taxas era elevado fomos ignorados, agora foi reduzido o valor para uma realidade mais próxima de Góis. Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e respectiva Fundamentação Económico-Financeira, do Regulamento Geral das Taxas e Outras Receitas Municipais.

11. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA

- Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012 relativa à Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais/Lei N°8/2012 de 21 de Fevereiro – LCPA/Comunicação Periódica.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

12. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/ANO 2013

– Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, propondo Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais, para o ano de 2013.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com quatro votos contra dos senhores Deputados Victor Manuel Nogueira Dias, Justino Geraldes, Pedro Miguel da Conceição Agostinho e José Henriques Antunes, duas abstenções e catorze votos a favor, aprovar a Proposta de Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais para o ano de 2013, decorrente da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

13. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)

– Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa aos Documentos Previsionais para o Ano de 2013 (Orçamento e Grandes Opções do Plano).

Usou da palavra o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, que referiu estar evidenciado nos documentos previsionais para o ano financeiro de 2013 as preocupações do Município com aquilo que é a mudança de paradigma na nossa sociedade, isto é, se até há poucos anos os grandes desígnios eram as grandes obras, mostrar trabalho físico, neste momento verifica-se a promoção da coesão e da solidariedade social, em detrimento dessas obras que passam para um plano secundário, sendo natural que há obras que têm de ser realizadas, algumas que são pertinentes e importantes e algumas que se impõe para o bem estar da própria população. Referiu, o apoio para a componente social não só às Instituições locais, promovendo estas também o apoio à população, mas principalmente naquilo que é o trabalho do dia a dia junto daqueles que mais necessitam, e esse trabalho de parceria, como já aqui foi dito, entre a Câmara Municipal e algumas Instituições é de salutar sendo que os presentes documentos dão bem nota dessa mesma preocupação. Infelizmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

é necessário contar cada vez mais com a Câmara Municipal para esse apoio social à nossa população que se vê cada mais ao “abandono”.

Terminou a sua intervenção questionando qual o ponto de situação da criação do Clube de Empresários do Concelho de Góis.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho, referindo que relativamente a este ponto muito se poderia dizer mas do que adianta repetir o mesmo todos os anos, mais um orçamento empolado, sendo este ano o empolamento menor, o que é de salutar não o facto de ser um orçamento menos empolado mas a pouca decência de assumir perante esta assembleia, que se tem empolado a belo prazer a receita, para realizar obra nenhuma com base em receita nenhuma. Referiu ainda, concordar quando a senhora Presidente se refere aos empolamentos nos últimos dez anos, relembrando que esses últimos 10 anos foram todos da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista, portanto até aqui nada de novo.

Prevaleceu-se da oportunidade para agradecer o facto de lhes ter sido enviado os documentos para que pudessem ajudar na elaboração do orçamento e GOP's, contudo devido ao prazo curto para se pronunciarem, foi opção da bancada do PSD não apresentar qualquer proposta, em virtude de não ser nosso propósito apresentar por apresentar, para além de acharmos que o que nos foi remetido ser insuficiente.

De igual modo, agradeceu o facto dos empolamentos em 2013 terem sido reduzidos, uma vez que o PSD conta levar até ao fim este orçamento e GOP no final de 2013, sendo também intenção fazer tudo como deve de ser, pois pretendemos ser o próximo poder autárquico por terras de D. Luís da Silveira.

Mais referiu, que tirando as obras que transitam de uns anos para outros, o vazio de ideias novas para o concelho acentuado com o desprezo pelas populações, este executivo não conseguiu aproximar-se das reais necessidades da população do concelho de Góis e quando assim é o que podemos fazer, questionou. Referiu ainda, que nunca uma crise económica deu tanto jeito quando se trata de apresentar obra aos munícipes, pois a desculpa agora traduz-se simplesmente na falta de dinheiro e até agora o que foi que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

aconteceu. Ainda por cima com o sistema actual onde a maioria decide muitas vezes em claro prejuízo das populações.

Terminou, referindo que nesta bancada não se impõe disciplina de voto mas apela-se à abstenção dos documentos em apreço.

Usou da palavra a senhora deputada Ana Cristina Garcia Cunha e Santos, referindo que relativamente aos documentos em análise é do conhecimento de todos que as autarquias têm vindo a assumir cada vez mais algumas competências do poder central, contudo havendo uma redução substancial das transferências para o poder local. Referiu que quem já teve oportunidade de analisar o Orçamento de Estado para o próximo ano, pode verificar o que se irá passar, é que cada vez mais as autarquias irão assumir competências até então atribuídas ao poder central, esquecendo-se de que as iremos assumir ainda que as transferências em termos financeiros sejam cada vez mais reduzidas. Mais referiu, que quanto às receitas das autarquias para o ano de 2013 algumas irão manter-se, uma vez que não houve aumento de algumas taxas o que conseqüentemente não irão gerar mais receita para as autarquias. Relativamente ao empolamento dos orçamentos não se passa só em Góis, mas de facto é uma realidade que se vem verificando ao longo dos anos nesta autarquia, bem como em muitas autarquias, ainda que no próximo ano seja um ano de eleições, mal seria se não houvesse uma proposta de trabalho que não fosse de uma maior grandeza e amplitude. A senhora deputada referiu partilhar das palavras proferidas pelo senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, relativamente ao drama social que se vive no país e que no nosso concelho não irá ser excepção, e de facto felizmente por um lado, e infelizmente por outro, o Município vai ter que ajudar ainda mais as pessoas com grandes carências e dificuldades económicas, deixando algumas obras por fazer, como seria intenção. Referiu, que espera que o Executivo cumpra com o essencial e que não descuide da ajuda aos goienses, porque o tempo de mostrar as grandes obras e que hajam opções políticas de forma a satisfazer o que realmente é necessário e esperamos que os tempos melhorem e que no futuro possamos estar a analisar um orçamento mais realista.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Usou da palavra o senhor deputado Vítor Jesus Marques que se prevaleceu da oportunidade para enaltecer o executivo e todos os funcionários do Município que estiveram na génese do orçamento, pelo seu trabalho e dedicação em nome do rigor, da transparência, da clareza e ao mesmo tempo, simplicidade na sua leitura.

Referiu estranhar a abstenção dos senhores Vereadores dos PSD, bem como, a ausência de qualquer proposta ou crítica num documento de tamanha envergadura e importância, justificando as suas abstenções com o facto de estarem contra o empolamento verificado no orçamento, razão que no seu entender é no mínimo caricata, uma vez que, os orçamentos são documentos que exigem muita dedicação e trabalho, são abertos, dinâmicos e sujeitos a correções, sugestões e alterações.

O empolamento é uma prática de quase todos os municípios e não só. O próprio orçamento do Estado é empolado e não vislumbra qualquer truque ou magia que possa advir dessa prática. Sempre foi assim no Município de Góis, não compreende porque só agora se levanta esse celeuma. Todos sabemos que não se pode gastar mais do que o que se recebe.

Lamentou ainda, o facto dos senhores Vereadores e deputados do PSD se desgastarem a tentar apanhar o executivo em contramão, sabendo que isso é o mesmo que tentar apanhar caracóis na praia. Foram eleitos para participarem com ideias e propostas e não para fiscalizarem o executivo, porque quem tem autoridade para isso é entre outros, a Assembleia Municipal.

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes da Silva, referindo que os documentos previsionais foram feitos num ambiente de conjuntura económica e social negativa, agravado com o aumento de despesas resultantes do aumento do IVA da electricidade e das contribuições da CGA de 10 para 20% e de um orçamento que tem os mesmos valores do de 2005. Com as GOP e orçamento para 2013 o executivo socialista dá um sinal claro, com compromisso com os eleitores com os investimentos estruturais que transitam para 2013 como a Casa da Cultura, o Centro de Referência da Memória Goicense, o Parque Municipal, a Circular Externa de Carvalhal dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Pombos, os arruamentos no Lar da Freguesia do Cadafaz, a Circular Externa das Cortes, requalificação da aldeia do Lournal e obras nas Praias Fluviais de Alvares e Ponte de Sótão e novos investimentos com o abastecimento de água de Góis e Vila Nova do Ceira e a construção ou requalificação de ETAR's em Cabreira, Colmeal, Bordeiro, S. Martinho e Alvares.

Referiu ainda, que o senhor deputado Pedro Agostinho falou em “políticas sociais débeis” deste executivo, facto que discorda, uma vez que este executivo tem é uma contínua aposta no apoio social aos desempregados, carenciados e aos jovens à procura do 1º emprego e de estímulo permanente ao mercado social e às instituições do concelho como já foi aqui referido.

Mais referiu, que houve um trabalho de excelência do executivo e dos técnicos municipais para que estes documentos previsionais transmitissem maior rigor, transparência e redução de custos, expressa na redução de 15% do mesmo, mantendo os objectivos propostos no programa autárquico de 2009. Tem de ser reconhecimento a forma como mais uma vez escutou as propostas das instituições e organizações do concelho, contribuindo para que seja um orçamento participativo. Pelas razões mencionadas, mencionou que o Grupo municipal do PS irá votar favoravelmente.

Continuou, referindo que é sua preocupação a ausência de proposta dos vereadores da oposição, apenas apresentam críticas e dúvidas, abstêm-se na votação, abstêm-se de cumprir o papel para que foram eleitos. Foram eleitos para participar, para serem parte da solução e não parte do problema.

O problema estende-se ao PSD de Góis. Está abstencionário de participar, de ideias e de ser interventivo. Acrescentou, ter sido aqui referido o “fandango das eleições” e que o PSD quer ser puder em 2013 e executar este orçamento. Para quê? Para entregar Alvares a Pedrógão Grande como defende a cabeça de Lista à Assembleia Municipal do PSD Graça Aleixo, questionou. Referiu ainda, que o PSD não tem um projecto autárquico, não há um rumo definido, expresso na ausência de propostas em 4 anos e na ausência de um candidato credível para discutir projectos autárquicos em Góis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Usou da palavra o senhor Carlos Conceição Jesus que como Presidente de Junta referindo que apresentou o seu contributo para a elaboração dos presentes documentos, embora da análise efetuada aos mesmos não viu as suas sugestões explicitamente plasmadas o que lhe apraz dizer que eventualmente poderão estar numa rubrica mais abrangente, sendo provável que o Executivo as irá ter em conta. Referiu que se tratam de obras importantes para a população da freguesia de Colmeal, sendo exemplo destas a requalificação da estrada de acesso à localidade de Açor, estrada entre o Colmeal e Ádela, a ETAR de Colmeal, patente neste documento, não esquecendo a existência de aldeias que não tem abastecimento de água.

Em tempo de crise cabe também às freguesias ter um olhar diferente à parte social, nomeadamente as freguesias que se encontra mais distantes da sede do concelho, considerando insuficiente as verbas que irão ser canalizadas para as freguesias o que este plano tem plasmado, considerando que todas vivem uma realidade diferente

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com o plasmado nos presentes documentos apraz-lhe mencionar que se trata de um documento realista, tratando-se de um documento dinâmico sempre que se justificar poderá sofrer algumas alterações na sua concretização. Acrescentou, que como já foi referido, foram solicitados aos partidos políticos e instituições concelhias, bem como à Assembleia Municipal, fazendo referência ao mesmo, e o qual se encontra inserido nos presentes documentos, mencionando que os valores constantes são rigorosamente iguais aos do ano de 2012. A Assembleia Municipal também teve em consideração a contenção da despesa. Seguidamente deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal.

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu que em relação ao Clube de Empresários Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, trata-se um projeto que está a ser desenvolvido em parceria projecto Inov.Góis numa parceria com a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra e o IPN. Este projeto enquadra-se no programa estratégico Inov.C, gerido pela Universidade de Coimbra, e visa criar uma iniciativa de incubação de empresas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

e apoio a empreendedores na região. O projeto pretende ainda capacitar as empresas de Góis para a melhoria da sua competitividade, designadamente através da promoção e estímulo da inovação como meio de renovação do tecido empresarial. Referiu ainda, que numa primeira fase foi realizado um estudo diagnóstico económico empresarial local, tendo sido já apresentado este diagnóstico, e, com base neste levantamento é que efetivamente se irá validar quais são as reais necessidades do nosso tecido empresarial local, com o intuito de se perceber o que verdadeiramente está em falta nesta matéria no concelho de Góis. Mais referiu, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, nomeadamente no que concerne ao acompanhamento e organização dos processos de candidatura no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios, sendo que irá ter também um papel fundamental na dinamização e apoio ao Clube de Empresários no âmbito do referido programa.

Relativamente à questão do senhor líder de bancada do PSD, referiu que o Executivo não se revê na acusação "a pouca decência de assumir perante esta assembleia", que se tem empolado a belo prazer a receita, para realizar obra nenhuma com base em receita nenhuma", referiu que não se revê nesta afirmação, assim como, quando o senhor deputado também afirmou "que a maioria decide muitas vezes em claro prejuízo das populações", facto que também não é verdade, a não ser que esteja a falar da maioria que está no poder central.

No que concerne ao trabalho apresentado nos documentos em análise, referiu julga que é convicção da maioria socialista, mostra o de facto que há um equilíbrio entre o desenvolvimento material e o imaterial, sendo intenção deste Executivo apostar fortemente nas políticas de apoio à inclusão, havendo um renovar muito mais da esperança. Acrescentou que o Executivo está perfeitamente à vontade para dizer que este é o orçamento mais bem elaborado nestes últimos três anos, uma vez que foi realizado um grande esforço para ser o mais realista possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Relativamente à questão apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Colmeal, referiu que a ETAR de Colmeal é uma das obras que está contemplada nos documentos em apreço, e que relativamente à pavimentação da estrada entre a localidade de Açor e de Ádela a mesma também se encontra acautelada. Na questão das transferências para as freguesias lembrou que em reunião promovida em que estiveram presentes todos os senhores Presidentes de Junta onde foi minuciosamente explicada esta questão. Contudo, referiu que se for feita somente a avaliação dos montantes transferidos, subscreve inteiramente que é pouco, mas em momento algum não nos podemos esquecer do investimento que é feito diretamente pela Câmara Municipal nas freguesias, mormente rede de iluminação pública, construção de ETAR, as questões ligadas com a proteção civil e o desenvolvimento social, entre outros. Mais referiu, que não se pode fazer apenas avaliação aos montantes transferidos para as freguesias, mas sim ao investimento total, que será visível aquando a apresentação dos documentos da conta de gerência em abril do ano de 2013. Referiu ainda, que sendo o presente documento aberto e dinâmico o valor a transferir para a freguesia de Colmeal é o valor que o Executivo entendeu ser possível, pelo que ao longo do ano de 2013, em função das disponibilidades e evolução das propostas de trabalho poderá ser objecto de reforço das transferências.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal mencionou alguns dos montantes plasmados no orçamento para o ano de 2013 é de 9.976.968,00 €; receita corrente 6.200.219,00 €; receita de capital 3.766.049,00€. No que concerne à despesa a despesa corrente é de 5.352.600,00€ e despesas de capital é de 4.624.368,00€.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com cinco abstenções, aprovar os Documentos Previsionais para o Ano de 2013 (Orçamento e Grandes Opções do Plano).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

14. MAPA DE PESSOAL/ANO 2013 – Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.12.2012, relativa ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013.

Usou da palavra a senhora deputada Maria do Céu Simões Alves, que iniciou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos à Assembleia Municipal, Executivo e a todos os presentes, desejando votos de Boas Festas. Referiu que a sua intervenção prende-se sobretudo com o número de lugares a criar no mapa de pessoal, nomeadamente cerca de 12 vagas, sendo que a conclusão que no orçamento se faz no sentido de referir a existência da diminuição da despesa com o pessoal prevista para o ano de 2013 em comparação com as previsões do ano de 2012, quando no fundo refere que à data presente já se pode considerar que de facto há um aumento da despesa com o pessoal na previsão para o ano de 2013. Mais referiu que este aumento de despesa com o pessoal que se está a prever para o ano de 2013 fá-la questionar quanto ao item relativo à formação que deduz que seja com o pessoal, sendo esta a incumbência legal das entidades empregadoras, pelo que considera o valor de 50,00 € plasmado no documento irrisório. De facto na proposta que o Executivo nos apresenta quando refere a incumbências dos trabalhadores, não só esta da formação específica inerente à sua função de facto é seu entendimento que se está aqui a devassar a incumbência a obrigação de cada trabalhador na medida em que não lhe prevêm formação específica à sua formação e possa de facto ter maior eficiência e produtividade .

Usou da palavra o senhor deputado Vítor Jesus Marques referindo que mais uma vez se verificava um vazio de propostas e ideias por parte dos senhores Vereadores do PSD. Na sua opinião senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz em vez de se abster, devia congratular-se com o facto de o município se preocupar com o crescente desemprego no concelho e tudo intentar para combater este flagelo, ou então, se é contra este mapa de pessoal por o município de Góis ser um dos que mais trabalhadores tem por habitante, devia propor soluções, por exemplo, a redução de 50 funcionários, diminuindo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

desta forma os gastos do município com pessoal e contribuindo para o aumento do desemprego no concelho.

Enalteceu o esforço do município no combate ao desemprego e ainda o facto de o município tudo fazer para proporcionar estágios profissionais aos jovens recém-licenciados do concelho.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, referiu congratular-se com o facto do Município ter acautelado a abertura de alguns lugares no mapa de pessoal, os quais considera fundamentais para a boa gestão e uma dinâmica operacional da Câmara Municipal, para esta organização, bem como para outra qualquer, sendo sua opinião que em lado nenhum as coisas funcionarem bem se não houver uma hierarquia e se não houver de igual modo uma definição de como é que as pessoas e os serviços estão organizados .

É seu entendimento que a abertura dos lugares patentes no documento em apreço quer venham ou não a ser preenchidos, sendo a perspectiva da sua criação que possam vir a ser necessários e fundamentais para a organização dos serviços, é sua opinião ser de grande importância que esta previsão seja realizada. Mais referiu, que se trata de um documento que contraria de alguma forma o apelo que o nosso governo faz que apela à emigração, sendo que este documento apela à fixação de pessoas, naturalmente aos jovens sendo meritório o trabalho do Executivo na aposta que tem feito neste sentido.

Acrescentou, que em qualquer organização só é possível um bom funcionamento se forem estabelecidas hierarquias, bem como uma definição e organização dos serviços. Considera que o presente mapa de pessoal é um documento importante para a organização de qualquer organização, pelo que a criação de lugares no mesmo, neste caso no mapa de pessoal do Município de Góis, irá fazer com que haja uma melhor organização nos serviços, e naturalmente também contraria as diretrizes deste governo em reduzir pessoal na administração pública, apresentando como uma das medidas possíveis o apelo à emigração dos jovens. Considerou ainda, que este documento apela à fixação dos jovens no concelho, pelo que é meritório a aposta que o Município tem feito nos jovens, naturalmente na possibilidade de efectuarem um estágio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

profissional, sendo este muitas das vezes o primeiro contacto com o mercado de trabalho. É sua opinião que ideal para um jovem recém licenciado seria a colocação imediata no mercado de trabalho, mas face aos constrangimentos que são do conhecimento de todos, ao ser pela Câmara Municipal ou por outras instituições de direito público ou privado do concelho a promoção de estágios de âmbito curricular ou profissional, significa que estão a realizar currículo, trabalho em prol do concelho e desenvolver uma maior ligação com entidades e população local, sendo um forte contributo para a sua fixação, invertendo desta forma a desertificação do concelho.

Da leitura que fez aos documentos previsionais e mapa de pessoal para o ano de 2013, referiu que a mesma é contrária ao que aqui já foi mencionado, uma vez que é seu entendimento a constante e forte aposta do Município na formação contínua dos trabalhadores da Câmara Municipal. Quanto à questão do número de trabalhadores, referiu que apesar de Góis ser um concelho pequeno, presta alguns serviços de grande importância à população e naturalmente há uma maior necessidade de se acautelarem alguns lugares, sem nos esquecermos as condições do concelho, nomeadamente a sua área geográfica, o população envelhecida, o que naturalmente obriga a Câmara Municipal isso significa um maior esforço e investimento que o Município tem vindo a fazer quanto ao número de trabalhadores, não esquecendo que pesa também aqui o número de trabalhadores que resultaram do acordo com a DREC, em que o pessoal não docente afeto ao Agrupamento de Escolas de Góis, sendo que as despesas com remunerações com estes saem do orçamento municipal.

Por último, questionou que existem obrigações legais para a redução de pessoal se encontra devidamente acautelada.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva que questionou a senhora Vereadora se Góis é o município com mais trabalhadores no distrito de Coimbra, referindo que não crê que assim o seja, não entendendo o motivo da sua abstenção. É seu entendimento que dá a sensação que a sua estratégia pessoal seria noutra direcção que não a possibilidade de contratar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Se temos muitos funcionários isso deve-se também ao contrato que se assinou com o Ministério da Educação ou quer dizer aqui que não concorda com ele, questionou.

Dada a palavra à senhora Presidente de Câmara iniciou a sua intervenção apresentando as devidas explicações à questão proposta pela senhora deputada Dr^a. Maria do Céu Simões Alves, referindo que de facto existe uma rubrica aberta com um valor de 50,00€ em aberto, havendo contudo uma outra rubrica com o valor de 2.000,00€ para formação. Informou ainda, que o Município de Góis subscreveu uma candidatura no âmbito do POPH, com a CIMPIN, a qual abrange cerca de um milhão e meio de investimento na formação e que o Município de Góis tem uma taxa de execução de excelência, significa que o número de trabalhadores indicados pelo Município para formação e todas as unidades orgânicas se pronunciaram sobre as áreas de formação e os trabalhadores que estariam interessados, sendo que não há ninguém até ao momento que não tenha participado independentemente do serviço que presta, pelo contrário nota-se às vezes ausências permanentes quando a formação abrange 35 horas semanais, referiu ainda, que enquanto não cumprirmos na íntegra este plano não valerá a pena estarmos a perspectivar outro tipo de formação. Mais referiu, que como o Município de Góis está a cumprir com os normativos desta formação, é sua opinião que não valerá a pena perspectivar mais formações, tendo-se perspectivado o valor de 2.000,00 € para ações que se verifiquem ser necessárias e naturalmente que não constem no plano da CIMPIN.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, referiu que é conhecido que há um imperativo legal para a redução de pessoal, sendo no caso concreto do Município de Góis de 2% e de 50% dos trabalhadores contratados, sendo certo que é um problema muito sério que teremos que enfrentar, agradecendo o facto de ter chamado este assunto à discussão, porque o mapa de pessoal contempla a contratação de vigilantes florestais, pelo que caberá ao Executivo decidir se irá abrir procedimento concursal para o efeito, sendo que são 5 lugares que se justificam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Relativamente aos docentes das AEC'S, são cinco os quais terminam o seu contrato a 30.06.13, terá o Executivo que equacionar se continuaremos com esta competência ou não. Acrescentou que em 29.12.13 terminam 13 contratos, os quais foram presentemente renovados. Este é um trabalho de planeamento em que temos que avaliar as verdadeiras necessidades e que o facto de se apresentar um mapa de pessoal com previsão de mais 12 lugares, é uma previsão. não significam que estes venham a ser ocupados, estão acautelados, na plena consciência que estes venham a colmatar algumas faltas nas suas diferentes áreas, lembrando a existência de novas unidades orgânicas e, que todos os dias as autarquias são chamadas a novas atuações, o que nos leva a gerir as exigências bom senso. Por último, referiu que o Executivo entendeu que os lugares a criar são os que efetivamente fazem falta à administração, em virtude da existência de novas unidades orgânicas e naturalmente de novas exigências por parte dos serviços.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz solicitou o uso da palavra, referindo que nos termos do Regimento da Assembleia Municipal não lhe poderá ser concedida a mesma, tendo para o efeito senhor 1º secretário dado conhecimento do artigo 21º do citado regimento. De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a senhora Presidente se autorizava a senhora Vereadora a fazer uso da palavra, questão a que a senhora Presidente respondeu afirmativamente.

Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que a sua intervenção se prendia com a intervenção do senhor deputado Vítor Jesus Marques, pelo que referiu que o mapa de pessoal constam os lugares existentes e os lugares que vão ser criados e não passa pela redução. Quanto à questão do senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, referiu não entender bem a mesma, tendo o senhor deputado referido que se a abstenção da senhora Vereadora se prendia pelo facto de não concordar com o presente mapa de pessoal e não concordando com o mesmo, se também não concorda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

com o protocolo com a DREC e com outras contratações parciais nomeadamente com os docentes para as AEC's e nadadores salvadores.

A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que o seu sentido de voto, a abstenção, é em relação aos lugares a criar, pois os lugares para os docentes das AEC's, nadadores salvadores e vigilantes florestais estão criados, reafirmando que a sua abstenção se deve ao facto de criar mais postos de trabalho. Fez ainda referência, ao estudo que foi realizado e publicado na imprensa do número de trabalhadores por habitante em municípios no distrito de coimbra tendo-se verificado que Góis estava no topo, e não é por causa de ter assinado o protocolo com o Ministério da Educação, pois não se trata de um caso isolado. Referiu ainda, que comparativamente com Arganil que é um concelho com mais população que o nosso concelho, é visível a diferença entre o número de trabalhadores ao serviço daquela autarquia, são em menor número do que no concelho de Góis.

Dada a palavra ao senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que a situação dos Vereadores na Assembleia Municipal é desconfortável, uma vez que não podem participar ativamente na mesma, somente quando lhes é autorizado pela senhora Presidente o uso da palavra. Referiu que se os senhores deputados da Assembleia Municipal quiserem debater os assuntos analisados pelo Executivo o deverão fazer em sede de reunião do Executivo, no sentido de ouvirem as posições dos Vereadores e de questionarem e naturalmente de usufruírem do direito a resposta. Referiu ainda, que os Vereadores da oposição não têm que apresentar propostas, podem e têm feito várias propostas construtivas para o concelho, acrescentando que as propostas cabem à maioria, que foi para isso que foi eleita e é para isso que devem governar. Mais referiu, que lhe faz alguma confusão e que todos nós achamos ainda que seja de forma "leviana", empolar orçamentos, porque toda a gente o faz. Mencionou que o orçamento tem uma parte da receita e uma parte da despesa, quando delineamos receitas que não vamos ter, é óbvio que depois irá falhar nas despesas. Mais mencionou, se bem analisarem tratam-se de verbas significativas de vendas de terrenos e edifícios e portanto são verbas que não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

irão realizar e quando se questiona a senhora Presidente da Câmara sobre o que é que vão vender, obviamente que não terão resposta, sendo lógico que como não vão vender o que se pretende, naturalmente que haverá despesas que estavam a coberto dessas receitas e que não vão estar.

O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que o que os deputados o que aqui fizeram foi votar favoravelmente à anulação das receitas, que já estavam consignadas no orçamento de 2012 e como não foram concretizadas vieram aqui para ser feita a sua anulação, e para o quê, questionou. Para quando se fizesse o mapa de realização deste ano estas receitas estão previstas e depois no orçamento corrigido permite um outro tipo de realização. Isto é um direito que os Vereadores têm, tanto o Vereadores do Executivo como os da oposição, concluindo se entenderem que desejam ser esclarecidos quanto às posições dos Vereadores da oposição sugeriu a presença nas reuniões do Executivo.

Dada a palavra à senhora Presidente, referiu que em momento algum a Presidente de Câmara disse que não sabia que tinha terrenos e bens para venda. Mais referiu, que não se pode afirmar perante uma Assembleia Municipal e uma plateia que a Câmara não tem bens que pode alienar, tendo dado como exemplo a existência de sete casas no Bairro Fernando Carneiro, a Quinta do Baião, que em cerca de 20 hectares alienou 4 hectares à ADIBER e tem outro património (que se tivesse que alienar para fazer encaixe na receita) para alienar para encaixar receita, não podemos afirmar que não temos património.

Relativamente à explicação sobre a 3ª Revisão ao Orçamento e a 3ª Revisão às GOP's solicitou que seja facultada a gravação daquela que foi a intervenção do senhor Vereador, porque não corresponde à explicação que foi aqui dada.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, referindo que desejaria responder ao senhor Vereador, uma vez que a posição aqui dos Vereadores é ingrata assim como a posição dos deputados, sendo seu entendimento que é genérico a todos os elementos da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o senhor deputado pelo facto de em sede de Assembleia Municipal ter-se que dirigir ao seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Presidente e não a nenhum Vereador, se o pretende fazer deve colocar a questão em termos genéricos à mesa da Assembleia Municipal.

Dada a palavra ao senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva solicitou ao senhor presidente da Assembleia Municipal que transmitisse aos senhores Vereadores e em concreto ao senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que o trabalho da Assembleia Municipal é o de fiscalizar o trabalho do Executivo, quando manifestamente os deputados têm atividades profissionais é impossível, uma vez que se têm que se cingir àquilo que são os documentos que nos são facultados, referindo ainda a sua não obrigatoriedade de assistir às reuniões do executivo, uma vez que também não lhe é possível.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com quinze votos a favor e cinco abstenções dos senhores deputados do PSD, José Henriques Antunes; Justino Geraldês; Maria do Céu Simões Alves; Pedro Miguel da Conceição Agostinho e Victor Manuel Nogueira Dias, aprovar ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013.

15. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA –

Sobre o presente assunto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores líderes de bancada para se pronunciarem, não tendo estes realizado qualquer intervenção.

APROVAÇÕES EM MINUTA: 4,5,6,7,8,9,10,12,13,14.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

a) Usou da palavra o senhor João Reis Antão, residente em Cortes na freguesia de Alvares, que iniciou a sua intervenção informando da sua reeleição como Presidente da Direção da Comissão de Melhoramentos de Cortes, informando ainda do conjunto de atividades que esta entidade tem vindo a desenvolver desde que foi eleito pela primeira vez como Presidente. Referiu ainda, alguns pedidos que foram efetuados à Câmara Municipal e que foram concretizados e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

de outros que até à data ainda não foram satisfeitos. Informou ainda, como a Direção tem dinamizado a Casa da Cultura e Recreio Claudino Alves de Almeida em Cortes, em várias áreas, cultura, informática, desporto. De igual modo abordou o trabalho efetuado pela associação de Juventude de Alvares, nomeadamente aquando o III Congresso da Beira Serra, lamentado o facto dos senhores deputados não terem acompanhado este evento, fazendo também alusão ao encontro de jovens ocorrido na Casa do concelho de Góis, o qual considerou de suma importância, referindo que Góis está a viver um período áureo nesta matéria, pelo que desejava deixar um apelo nesta Assembleia Municipal que aquilo que se está a passar é bem real, provavelmente os postos de trabalhos aqui aprovados se calhar são poucos para aquilo que é possível fazer no concelho. Propôs o acompanhamento mais profundo de certos projetos que estão no terreno. É importante que compreendam a logística das Comissões de Melhoramentos ativas. Sobre o património, referiu que a Câmara Municipal tem um património em Cortes que deve dar sequência ao mesmo.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu se há associações que merecem o seu respeito são as Comissões de Melhoramentos pelo seu trabalho em prol da comunidade, sabendo que muitas vezes o trabalho de voluntariado nem sempre é recompensado da melhor forma.

b) O senhor José António Vitorino Serra residente na vila de Góis, iniciou a sua intervenção retribuindo votos de boas festas ao senhor deputado Pedro Agostinho extensivo a todos os presentes. Na sua qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis a sua preocupação prende-se com o internamento de utentes do Centro Municipal de Saúde e Ação Social, foi aprovado nesta Assembleia Municipal um grupo de trabalho para acompanhamento do assunto relativo ao encerramento noturno do SAP e que não houve qualquer feed-back do seu envolvimento neste assunto. Referiu, que quanto ao encerramento noturno do SAP, só lhe foi dado conhecimento no dia 29.11.12 e que irá funcionar nos horários que já se encontram a praticar, não tendo sido levadas em consideração o transmitido pelo anterior direção da ARSC que o encerramento noturno do SAP era após as 00.00 horas durante a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

semana e 22.00 horas feriados e fins de semana, fazendo menção aos horários que presentemente são praticados nesta unidade de saúde. Seguidamente fez uma breve resenha dos factos ocorridos entre o dia 29.11.12 e o dia 01.12.12 relativamente ao encerramento do SAP e as consequências que este acarretou para o funcionamento do Centro Municipal, que presta um serviço de excelência há mais de 14 anos na área do bem estar social.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal congratulou-se pelo trabalho de excelência que a Santa Casa da Misericórdia de Góis vem desenvolvendo na área da saúde e ação social.

c) O senhor José Albuquerque Moreira Ângelo, residente em Conhais na freguesia de Góis, e na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Góis informou que no presente ano numa parceria tripartida entre a Câmara Municipal, o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte e do próprio Agrupamento, conseguimos fazer com que em Góis fosse ministrado um curso de técnico de multimédia, que se trata de um curso de dupla certificação, aprendizagem que irá permitir aos alunos que participam nele, na sua maioria alunos de Góis, e habitações literárias ao nível do 9º ano, fazer o 12º ano como seguimento dos seus estudos e alguns apoios financeiros, e, isto é, mais uma vez uma forma de poder dar oportunidade aos nossos jovens de se manterem no concelho, prevalecendo-se da oportunidade para agradecer à senhora Presidente da Câmara Municipal a oportunidade que este curso veio dar aos jovens do concelho.

Como munícipe, referiu que na presente discussão do orçamento e vendo algumas abstenções e alguns votos contra quando ouviu para seu espanto, o líder da bancada do PSD dizer que este é o melhor orçamento dos últimos dez anos e que é o menos empolado na sua óptica isto é quase um convite à demissão dos senhores Vereadores do PSD, que até então eram Vereadores do PS que tem elaborado orçamentos empolados.

Referiu o seu descontentamento, com a linguagem que é utilizada por pessoas muito próprias desta Assembleia em relação a algumas instituições do concelho e em relação à senhora Presidente da Câmara as quais não abonam em nada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

nem dignificam aquilo que é dito e escrito em alguns órgãos de comunicação social, sendo bom que as pessoas meditem, porque de facto quando se tem alguma presunção em ser doutor tem que se ter cuidado com a linguagem correta, uma coisa é a divergência política, outra coisa é a falta de educação. Referiu ter lido numa ata em que acusaram a senhora Presidente da Câmara de desonestidade política e intelectual fazendo-lhe lembrar cerca de três atrás, quando se calhar a senhora presidente, ele próprio, o senhor Dr. José Domingos de Ascensão Cabeças, o Dr. Miguel Silvestre e a Dr^a. Helena Mateus fomos acusados ou se não fomos acusados quase que lhes puseram a força antes das eleições, se calhar isso é que foi desonestidade intelectual e política. Mais referiu, que se calhar fazer obra dois ou três dias antes das eleições sem saber com é que se vão pagar e quais as consequências que se vão ter se calhar isso é que se pode considerar desonestidade intelectual e política, por isso é bom que as pessoas meçam as palavras antes daquilo que falam e haja respeito pelas instituições, pelas pessoas deste concelho.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi solicitada Pelo senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia a palavra em defesa da honra a qual lhe irá ser facultada.

O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que em relação ao processo da ADIBER também foi constituído arguido, tendo ido a tribunal apenas como testemunha abonatória dos representantes do Município que estavam constituídas arguidas no processo, pelo que lhe devem agradecer tal facto.

Foi dada a palavra ao senhor deputado Antonino Dias Antunes que em defesa da honra, referiu que o seu trabalho como voluntário em prol da localidade de Cortes, freguesia de Alvares e do concelho e creiam que há 16 anos a esta parte.

Foi dada a palavra ao senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva que referiu que mais uma vez, apelou que quando o público intervêm é sua opinião que não deve haver lugar ao direito à resposta, por entender que apenas somente três pessoas usaram da palavra, mas se fossem muito mais, esta reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

iria prolongar-se no tempo. Acrescentou, subscrive as palavras proferidas pelo público que interveio.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal prevaleceu-se para em nome da Assembleia Municipal apresentar a todos os presentes votos de um Bom Ano Novo.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

O Segundo Secretário, _____